

DEPARTAMENTO DE CONTROLE INTERNO - DECI

PARECER Nº 71/2015

Exercendo as prerrogativas legais e regimentais conferidas a este Controle Interno, procedemos a análise do Processo nº 123/2015 de 21/07/2015, que tem como objeto a **celebração de contrato** com a empresa **R C V R DE OLIVEIRA - ME** para o **fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS (AÇÚCAR)**, conforme MEMO nº 93/2015-DEAD/SEGE (fls. 02), para atender as necessidades desta SEGE.

A Constituição Federal, art. 37, inciso XXI, dispõe que as obras, serviços, compras e alienações serão contratadas mediante processo de licitação pública.

A Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos, estabelece no art. 15, em síntese, que as compras, sempre que possível, deverão atender ao princípio da padronização e serão processadas pelo Sistema de Registro de Preços.

No âmbito municipal, o Sistema de Registro de Preços foi instituído pelo Decreto nº 48.804-A/2005, sendo este utilizado para aquisição de bens ou contratação de serviços necessários e comuns à universalidade dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

Em face da padronização e buscando a economia de escala, as licitações realizadas pelo Sistema de Registro de Preços serão processadas e julgadas pela Comissão de Licitação da SEGE, nos termos do art. 5º do Decreto nº 75.004/13.

Desta feita, foi realizado Registro de Preços, por meio de Pregão Eletrônico nº 043/SEGE/2015, para contratação de pessoa jurídica para fornecimento de gêneros alimentícios não perecíveis (açúcar), que originou a Ata de Registro de Preços nº 06/SEGE/2015 (fl.10), com validade de 12 meses, a contar de 29/06/2015.

Vale ressaltar, que o quantitativo da solicitação contida no MEMO nº 088/2015-DMSG/DEAD/SEGE (fl.03) é compatível com a demanda deferida e registrada em Ata para esta SEGE (fls. 06).

Verificamos que os procedimentos adotados pelo DEAD quanto à funcional programática, natureza da despesa correspondente, fonte de recursos e comprovação da existência de saldo orçamentário, estão de acordo com a legislação vigente.

Diante do exposto, **somos favoráveis à realização da despesa.**

Belém (PA), 05 de agosto de 2015.